



PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Memória de Reunião

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário	Local
22.08.2012	11:00h às 13:45h	TRF da 3ª REGIÃO

PARTICIPANTES

Ministro João Otávio de Noronha (Corregedor-Geral da Justiça Federal); Desembargador Federal Newton de Luca; Desembargadora Federal Marisa Santos; Dr. Paulo Cristóvão de Araujo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ), Dr. Lúcio Melre da Silva (Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ); Dra. Eva Maria Ferreira Barros (Secretária-Geral do CJF); Dr. Divailton Teixeira Machado (Coordenadoria de Feitos Administrativos e Disciplinares da Corregedoria-Geral da Justiça Federal); Dr. Jones Cardoso de Melo Filho (da Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF); Dr. Roberto Elias Cavalcante (Diretor-Geral do TRF da 1ª Região); Dra. Rosana Monori (TRF da 1ª Região); Roberto Petruff (TRF da 1ª Região); Dr. Rui de Araújo Santos (Assessor Especial da Presidência do TRF da 2ª Região); Leonardo Santos Carvalho (TRF da 2ª Região); Dr. George Gaio Figueira Rego da Costa (TRF da 2ª Região); Dr. Amelino Rabelo Custódio (Diretor-Geral do TRF da 3ª Região); Dr. Douglas de Almeida Cedro (TRF da 3ª Região); Dr. Jader Carlos Videira (TRF da 3ª Região); Dra. Telma Roberta Vasconcelos Motta (5ª Região); Dra. Fernanda Marques Montenegro (Secretária de Informática do TRF da 5ª Região); Dr. Laureano L. Montarroyos Filho (5ª Região).

TEMA

Discussão sobre a unificação das versões do PJe do CNJ e do TRF da 5ª Região

ASSUNTO/DELIBERAÇÃO

- ✓ O Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor-Geral da Justiça Federal, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e fazendo um relatório sobre a reunião anterior realizada com representantes do CNJ e do TRF da 5ª Região. O Ministro pediu para os representantes da 5ª Região apresentarem um cronograma sobre a conclusão dos trabalhos de adequação da versão do sistema PJe instalado na Região, ficando acertado o seguinte cronograma:

Até agosto/2012 – avaliação da versão do sistema do CNJ;

Até setembro/2012 – integrar as funcionalidades do plano de trabalho;

Até outubro/2012 – aprovar a versão integrada;

Até março/2013 – atualizar com versão nacional.

Em seguida mencionou a necessidade de criação de grupo de trabalho para a implantação e suporte do PJe na Justiça Federal, sugerindo que esse grupo ficasse instalado em Brasília ou na 5ª Região.

- ✓ O Dr. Paulo Cristóvão sugeriu que o ideal seria que o referido grupo,

pela proximidade com o CNJ, ficasse em Brasília, coordenado por um juiz federal e contando com representantes de cada região. Disse, ainda, que no Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi criado um comitê gestor, uma equipe operacional de capacitação e de suporte.

- ✓ Nessa oportunidade, foi entregue aos presentes a minuta de resolução que trata da implantação do PJe no âmbito da Justiça Federal e a minuta do planejamento dos trabalhos, bem como foi apresentado ao Ministro Noronha a minuta do termo de cooperação com o CNJ.
- ✓ O Desembargador Newton de Lucca, Presidente do TRF da 3ª Região, apresentou as boas vindas ao Ministro Noronha e demais presentes e aproveitou a oportunidade para falar sobre a questão da disponibilização do código fonte.
- ✓ Foi explicado que já existe um termo de fidelidade e confiabilidade com o CNJ sobre o desenvolvimento do PJe. A Justiça Federal terá o código fonte, com o compromisso de encaminhar ao CNJ todas as funcionalidades que venham a ser desenvolvidas pela Justiça Federal para ser incorporada à versão nacional. Os chefes de tecnologia da informação sabem dessa responsabilidade.
- ✓ Retornando ao assunto da criação do grupo de trabalho, o Ministro Noronha enfatizou: “não estamos decidindo onde será instalado o grupo de trabalho, estamos apenas dizendo, neste momento, que a instalação em Brasília é mais viável pela proximidade do CNJ, mas os técnicos irão decidir”.
- ✓ O Ministro Noronha apresentou como meta a implantação do PJe na Justiça Federal até o dia 02 de janeiro de 2013, iniciando-se, em seguida, várias discussões sobre as dificuldades a serem enfrentadas para o cumprimento do prazo.
- ✓ A 1ª Região informou que irá analisar o PJe para identificar onde ele poderá atender melhor às necessidades da Região e possibilitar a desativação de pelo menos um dos seis sistemas atualmente existentes, mas a intenção é de implantar para todas as classes processuais ao mesmo tempo. Na sequência, informou que ainda não poderá se manifestar sobre o prazo apresentado pelo Ministro.
- ✓ A 2ª Região já iniciou a implantação do PJe no 2º Grau que atende apenas a uma classe processual. Posteriormente, será implantado para todas as demais. Quanto ao cumprimento da meta, a 2ª Região manifestou a necessidade de avaliar a implantação do sistema no 1º grau.
- ✓ A 3ª Região já implantou no 1º grau a versão da 5ª Região e irá migrar os dados do sistema atual para a versão nacional do CNJ, mas se manifestou no sentido de ser inviável o cumprimento do prazo de instalação no 2º grau, em razão do volume de processos.
- ✓ Foi discutida a necessidade de criação de cargos. Todos se manifestaram sobre as dificuldades que estão enfrentando nas áreas de TI com o reduzido quadro de servidores. Registraram que

para o sucesso da implantação do PJe há necessidade de aumento do quadro de servidores.

- ✓ O Ministro Noronha informou que o processo para a criação de cargos já está na Corregedoria-Geral da Justiça Federal e que priorizará a criação de cargos de analista.
- ✓ Após as discussões decidiu-se o seguinte:
 1. A versão a ser implantada nos órgãos da Justiça Federal é a versão nacional do CNJ;
 2. Será criado grupo de trabalho, coordenado por um juiz federal, com representantes do CJF e de todos os tribunais, para a implantação e suporte do PJe na Justiça Federal;
 3. Os membros deste grupo de trabalho serão treinados como multiplicadores;
 4. O CNJ e o CJF promoverão a capacitação dos usuários finais, bem como toda a logística de implantação.
 5. Inicialmente, não serão desenvolvidas novas funcionalidades do PJe pela Justiça Federal.
 6. A 5ª Região irá formalizar a prorrogação do Acordo de Cooperação com o CNJ para a entrega de todos os compromissos assumidos.
 7. A avaliação e a revisão das funcionalidades desenvolvidas pelo TRF da 5ª Região serão feitas pelo CNJ;
 8. O CNJ apoiará a implantação na TNU e nas 1ª, 2ª e 3ª Regiões;
 9. O CJF apresentará projeto de lei para a criação dos cargos e funções para atender à área de tecnologia da informação da Justiça Federal, cujo processo se encontra na Corregedoria-Geral da Justiça Federal, já constando as sugestões enviadas pelos tribunais.
 10. Sobre o prazo de 02 de janeiro de 2013 para a implantação, este será novamente objeto de discussão entre os representantes dos tribunais.

OBSERVAÇÃO

Não houve.

PENDÊNCIAS

DESCRIÇÃO

RESPONSÁVEL

PRAZO PARA SOLUÇÃO

Eva Maria Ferreira de Barros, Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal.